Em 3 meses, nova portabilidade de conta-salário supera 443 mil pedidos

A portabilidade de conta-salário somou mais de 443 mil pedidos, em três meses de novas regras, informou na quinta-feira (27) o Banco Central (BC).

Desde a entrada em vigor das novas regras para a portabilidade salarial, em 1º de julho, os clientes podem pedir solicitar a mudança diretamente na instituição em que desejam receber a remuneração. O banco se encarrega de pedir a portabilidade à instituição que detém a folha de pagamento. No modelo antigo, o cliente precisava fazer pessoalmente o pedido de transferência do salário à instituição financeira detentora da conta-salário. Hoje ele tem as duas opções para solicitar a portabilidade.

Segundo o BC, até 21 de setembro, mais de 443 mil pedidos foram efetuados por meio da nova regra. Destes, mais da metade foram aprovados. "Muitos pedidos não são aprovados por desistência do próprio cliente, que o mudou vezes ocorre em função de melhores condições ofertadas pela instituição detentora da conta-salário, aumentando a concorrência no mercado", diz o BC.

O pedido de portabilidade só pode ser recusado se houver algum erro no procedimento de solicitação – como um dado pessoal incorreto – ou desistência do cliente. Caso contrário, não pode ser recusado.

Entre os tipos de conta-destino, 92% dos pedidos de portabilidade foram para conta corrente, 6% para conta de pagamento e 2% para conta poupança.

Registros centralizados

Segundo o BC, os pedidos feitos na nova sistemática vêm sendo registrados na Plataforma Centralizada de Portabilidade de Salarial, mantida pela Câmara Interbancária de Pagamentos para a quase totalidade de contas-salário hoje existentes no Sistema Financeiro Nacional. Por meio dela, o Banco Central monitora o mercado.

"Recebemos os dados diariamente, com o número de solicitações feitas no dia e com os dados acumulados desde o início da vigência da medida. Com a informação, podemos detectar desvios de conduta e agir rapidamente, se for preciso", afirma Sergio Mesquita, chefe de subunidade no Departamento de Supervisão de Conduta do BC, em nota.

Segundo Mesquita, a plataforma facilita a análise de dados. Anteriormente, era preciso acionar cada instituição financeira individualmente para receber as informações sobre portabilidade. "Quando recebemos um volume de pedidos anormal de uma instituição, podemos entender o que gerou esse volume e se há algum problema." As informações são úteis para verificar se existem erros operacionais de alguma instituição. Se for esse o caso, é possível solicitar a melhoria do processo, por exemplo. (Agencia Brasil)

ATAS/JORNAIS/DIÁRIOS/EDITAIS/JOES

Queluz S.A. Administração e Participações

CNPJ nº 08.176.351/0001-60 - NIRE 35.300.332.491

Extrato da Ata de Assembleia Geral Ordinária

Aos 30/04/2018, às 10h30 na sede social. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretário: Celso Renato Geraldin. **Deliberações por unanimidade:** Aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2017, publicado nos jornais "DOESP" e "O Dia", nas edições de 29 e 30/03/2018, respectivamente. A destinação do resultado do exercício, conforme "Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido" do exercício encerrado em 31/12/2017, composto dos seguintes valores: (i) R$ 56.523,190,34 referente ao efeito reflexo no patrimônio líquido de investidas; e (ii) R$ 174.578.199,68 referente ao lucro líquido do exercício social, totalizando o montante de R$ 231.101.390,02, dos quais foram destinados os seguinte forma: (i) R$ 11.555.069,50 para constituição de reserva legal; e (ii) R$ 219.546.320,52 para a constituição de reserva de lucros a realizar. A reeleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato de 02 anos ou até a posse dos que foram eleitos em substituição, quais sejam: (i) **Rubens Ometto Silveira Mello** CPF/MF nº 412.321.788-53, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração;** (ii) **Marcelo de Souza Scarcela Portela**, CPF/MF nº 023.502.188-13, para o cargo de **Vice Presidente do Conselho de Administração;** (iii) **Marcelo Gallo Azevedo Mussi**, CPF/MF nº 260.400.178-05, (iv) **Maria Rita de Carvalho Drummond**, CPF/MF nº 052.815.287-42, (v) **Burkhard Otto Cordes** CPF/MF nº 266.074.808-39 (vi) **Marcelo de Campos Bicudo**, CPF/MF nº 148.088.018-33, para os cargos de **Membros do Conselho de Administração.** Foram reeleitos como suplentes do Presidente do Conselho de Administração os seguintes membros: (i) **Mônica Maria Melão Silveira Mello**, CPF/MF nº 308.987.658-20, para o cargo de **1º Suplente;** (ii) **Isabel Melão Silveira Mello**, CPF/MF nº 289.642.808-09, para o cargo de **2º Suplente**; e (iii) **Gabriela Melão Silveira Mello Cordes,** CPF/MF nº 289.702.958-79, para o cargo de **3º Suplente**. O valor de R$ 95.000,00 fixado como verba global anual, a ser distribuída a título de honorários aos administradores da Companhia. Nada mais. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente; **Celso Renato Geraldin** - Secretário. **JUCESP** nº 316.829/18-3 em 06/07/18. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

348 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 18.712.980/0001-83 / NIRE 35300462599

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 26/09/2018

Data, Hora e Local: 26/09/2018, 10h00min, na sede da Companhia no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Morais, nº 1550, Conjunto 1814, Bairro Vila São Francisco (Zona Sul), CEP 04711-130. **Presença:** 100% dos Acionistas. **Mesa:** Presidente Jair Cosel; Secretaria Mara Lanes Santaella. **Publicações:** dispensadas mediante o comparecimento de todos os acionistas. **Ordem do dia:** redução do capital social da Companhia por ser considerado excessivo para o desempenho das atividades sociais. **Deliberações:** aprovada a redução do capital social da Companhia por ser considerado excessivo para o desempenho das atividades sociais, em R$ 13.333.038,00 (treze milhões, trezentos e trezentos e trinta e oito mil reais), passando de R$ 25.220.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte mil reais) para R$ 11.906.962,00 (onze milhões, novecentos e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais). A redução acima será efetivada por meio do cancelamento de 751.730 (setecentas e cinquenta e uma mil, setecentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, proporcionalmente entre os Acionistas e conforme a participação acionária atual. Os efeitos da redução do capital social ora aprovada ficarão condicionados à ausência de oposição de credores da Companhia no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta Ata, conforme disposto pelo artigo 174 da Lei nº 6.404/1976. Fica esclarecido, para todos os fins e efeitos, que a Companhia não é emissora de debêntures, nada pela qual não se aplica o previsto no artigo 174, §3º da Lei nº 6.404/1976. Os diretores da Companhia ficam autorizados a tomar todas as medidas necessárias para a formalização da redução do capital social, incluindo, sem se limitar, a publicação de extrato desta Ata nos termos do artigo 174, caput da Lei nº 6.404/1976. Em decorrência da redução do capital social da Companhia, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 11.906.962,00 (onze milhões, novecentos e seis mil, novecentos e sessenta e dois reais), representado por 672.389 (seiscentas e setenta e duas mil, trezentas e oitenta e nove) ações, todas ordinárias nominativas sem valor nominal. §1º. Cada ação nominativa de emissão da Companhia atribui aos seus titulares o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. §2º. É vedada a constituição de qualquer gravame sobre as ações da Companhia, exceto pelo penhor de ações constituído em 03.05.2016, arquivado na sede da Companhia. No caso de constrição judicial (penhora, por exemplo) constituída sob as ações detidas por qualquer acionista da Companhia por determinação judicial, o terceiro (credor ou outro) não poderá ser tornar acionista da Companhia, em virtude de execução e venda de tais ações. Neste caso, os acionistas remanescentes da Companhia, pelo e direito, como terceiros interessados, de (i) pagar o valor devido em virtude da respectiva quota, sub-rogando-se nos direitos do credor; ou (ii) exercer seu direito de preferência para a aquisição das ações objeto da constrição nos termos do §7º do artigo 876 do Código de Processo Civil Brasileiro. **Encerramento:** nada mais havendo, passou-se a lavratura da ata.

Agussanta Participações S.A.

CNPJ/m.f nº 07.198.897/0001-39 - NIRE 35.300.462.491

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 26/03/2018, às 10h, na sede social. **Presença:** 80,66% da carteira de ações. **Mesa:** Presidente: Rubens Ometto Silveira Mello; Secretária: Maria Rita de Carvalho Drummond. **Deliberações por unanimidade:** A assinatura do 1º Aditamento à Escritura de Emissão, que altera as disposições relativas à "Efetivação da Emissão", "Conversão do 2º Adiantamento Cessão", "Preço de Subscrição", "Remuneração das Debêntures da 1ª Série" e "Direitos Creditórios Cogerados e pagamento das Debêntures", ao qual passará a viger com a seguinte redação: "Efetivação da Emissão: Uma vez implementadas as condições Suspensivas referida na Cláusula 3.3.3 da Escritura de Emissão, no Dia útil seguinte à publicação da ata da AGE de Aprovação (que somente poderá ocorrer depois de todos os demais requisitos previstos na Cláusula 3.3.3 da Escritura de Emissão) ("Data de Integralização Inicial"), os valores equivalentes ao 1º Adiantamento e à Remuneração do 1º Adiantamento, serão automaticamente convertidos no preço de subscrição de 80,66% das Debêntures da 1ª e da 2ª Série, que serão automaticamente atribuídas ao Fundo Malta, na forma do Boletim do 1º Adiantamento." "Conversão do 2º Adiantamento Cessão: Em 06/02/2018 ("Data de Integralização Final") e em conjunto e individualmente com a Data de Integralização Inicial, as "Datas de Integralização"), os valores equivalentes ao 2º Adiantamento e a Remuneração do 2º Adiantamento, serão automaticamente convertidos no preço de subscrição de 19,315% das Debêntures da 1ª e da 2ª Série, que serão automaticamente atribuídas ao Fundo Malta, na forma do Boletim do 2º Adiantamento". "Preço de Subscrição: O preço de subscrição tanto para as Debêntures da 1ª Série como para as Debêntures da 2ª Série será o respectivo Valor Nominal Unitário, acrescido (tanto para as Debêntures da 1ª Série como para as Debêntures da 2ª Série da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada por rata temporis, desde 31/01/2018 até a Data de Integralização Inicial ou até a Data de Integralização Final, conforme o caso, utilizando-se, para tanto, fé casas decimais, sem arredondamento." "Remuneração das Debêntures da 1ª Série: As Debêntures da 1ª Série atribuirão ao seu titular a remuneração calculada de acordo com a fórmula abaixo, a cada data de amortização (seja ela uma Amortização Obrigatória ou uma Amortização Facultativa) (uma "Data de Cálculo"), considerando-se, para o 1º período de apuração da remuneração, o intervalo compreendido entre a Data de Cálculo imediatamente anterior à primeira Data de Cálculo, e para os períodos subsequentes de apuração da remuneração, o intervalo compreendido entre a última Data de Cálculo (inclusive) e a data anterior à primeira Data de Cálculo (a "Remuneração das Debêntures da 1ª Série"). Saldo das Debêntures da 1ª Série = Vbase x (FCA Final / FCA Inicial) x [1 + (1,15%)/3/360]. Vbase: inicialmente equivalente a R$570.000.000,00. No dia seguinte a uma Data de Cálculo, o Vbase passará a ser equivalente ao valor do Saldo das Debêntures da 1ª Série calculado para tal Data de Cálculo, deduzido do Valor Líquido Recebido em tal Data de Cálculo. O Vbase nunca poderá ser inferior a zero. Valor Líquido Recebido: o valor pecuniário efetivamente pago aos titulares das Debêntures da 1ª Série em uma determinada Data de Cálculo. IPCA Final: número índice do IPCA no dia anterior a cada Data de Cálculo. IPCA Inicial: número índice do IPCA em 31/01/2018, para a 1ª Data de Cálculo, ou o número índice do IPCA na data da última Data de Cálculo, para as demais. O número de data corrente entre 31/01/2018 (inclusive), até o dia útil anterior à 1ª Data de Cálculo, ou entre a última Data de Cálculo, inclusive, e o dia anterior à Data de Cálculo atual, para as demais". "Direitos Creditórios Cogerados e pagamento das Debêntures: A Emissora deverá, e, conforme aplicável, fazer com que a Upsia faça o bom Jesus notificar o Comprador, nos termos do Contrato de Venda e Compra de Energia e demais instrumentos como seu Anexo 5.13.1, indicando, de forma irrevogável, as respectivas Contas Contratadas como únicas contas bancárias da Emissora e da Upsia Bom Jesus após a receber todos e quaisquer valores relacionados aos Direitos Creditórios Cogerados". Fica também aprovada a exclusão do item "Resolução" contido na Escritura de Emissão. A prática pela Diretoria da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização das alterações ora deliberadas, inclusive a celebração do 1º Aditamento à Escritura de Emissão e do 1º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária. Nada mais. **Rubens Ometto Silveira Mello** – Presidente; **Maria Rita de Carvalho Drummond** – Secretária. **JUCESP** nº 222.251/18-9 em 10/05/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

12ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 12ª Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1020499-38.2007.8.26.0100. O Dr. Fernando Gonçalo Dinis Ferreira Carneiro, Juiz de Direito da 12ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, faz saber aos credores dos Antigos Proprietários de Postos Ltda EPP (CNPJ. 03.431.965/0001-38) e José Eduardo do Nascimento (CPF. 698.310.888-15), que nos autos da ação de Cobrança, em Procedimento Comum, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Companhia de Gás de São Paulo - Comgás (CNPJ. 61.856.571/0001-17), em face de Latino Americana do Gás Ltda (CNPJ. 04.720.197/0001-80), foi deferida a inclusão por edital, para que em 15 dias, a flor dos 20 dias supra, manifestem-se sobre o pedido de decretação da responsabilidade jurídica da empresa Latino Americana do Gás Ltda (CNPJ. 04.720.197/0001-80), requerendo as provas cabíveis. Estando os requeridos em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. 27 e 28 / 09 / 2018.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0026749-90.2015.8.26.0003 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Sant Ereana Quinzani, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Belmiro Lacerna Filho, CPF 118.408.028-39, e Patricia de Fátima Silva, CPF n.º 170.088.058-91, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Luciano Bocola, alegando em síntese: que celebrou com os réus Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, com Transação e Pacto Adjeto de Sua Alienação Fiduciária em Garantia do Autor referente ao imóvel da Rua Vergueiro nº 5.716 Bairro da Saúde/SP, que as obrigações contratuais não foram adimplidas pelos réus, especialmente o pagamento dos preços pactuados, ensejando a rescisão contratual. O autor postula a rescisão contratual, reintegração de posse e condenação dos requeridos ao perdimento de valor, pagamento de multas, impostos, taxas associativas e despesas e ônus. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0057030-97.2012.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 02ª Vara Cível, do Foro Regional I – Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Cinthia Elias de Almeida, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Essel Serviços e Participações Ltda., CNPJ/MF. 11.860.835/0001-38, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum por parte de Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda., objetivando o recebimento da quantia de R$ 221.553,57 (setembro/2014) através da cessão de crédito de setembro/2014, acrescido de juros, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de Agosto de 2018.

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 0007095-11.2010.8.26.0009 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente. Estado de São Paulo, Dr(a). Claudia Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber a Marlon Gonçalves, RG 20.765.401, CPF 106.940.748-88, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda, alegando em síntese a cobrança do débito relativo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida, referente às mensalidades em atraso dos serviços educacionais prestados a filha do executado, no valor de R$ 1.515,87 (maio/2010). Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 03 dias, a flor dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, poderá o executado requerer o pagamento restante em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, por cada uma delas, sob forma do artigo 745-A, do CPC. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de março de 2018.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1015267-12.2017.8.26.0224 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Porto Mendes, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Carlos Pompeo de Silva Pereira EIRELI, CNPJ: 24.332.366/0001-70, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Richard Saqui Industria e Comércio SA, visando o recebimento da quantia de R$3.692,57 (Três mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos) - Atualizada até Agosto/2018, representada pela Duplicata nº 380887, no valor de R$ 1.171,25, emissão em 30/08/2016 e pela Duplicata nº 380048, no valor de R$ 1.171,25, emissão em 13/06/2016. Encontrando-se o Executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 (três) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da importância reclamada. Prazo para Embargos: 15 (quinze) dias úteis. Neste prazo, reconhecendo o crédito do Exequente e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, os Executados poderão requerer o pagamento do saldo em 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês. Não sendo localizado os Executados e decorrido o prazo deste, lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 13 de agosto de 2018.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL** RUA BORGES DE FIGUEIREDO, Nº 879, RESQUINA DA RUA VILA PARTICULAR, 16º SUBDISTRITO - MOOCA, SAO PAULO SP CEP 03110001

1º leilão 02/10/2018 partir 15:00 horas

2º leilão 23/10/2018 partir 14:00 horas

Local CAIXA ECONOMICA FEDERAL AGENCIA TURIASSU - RUA TURIASSU Nº1371, PERDIZES, SAO PAULO SP

Mutuarios:

WAGNER SERRANO, CPF 95540350804,

LILIAN FLORIDO SANCHEZ SERRANO, CPF 07802683858,

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilao

Informações tel 1139310744 ou RUA ARACI, 162, COLINAS DE INHANDJARA JARDIM BRASIL ITUPEVA SP CEP 13295000

ARY ANDRÉ NETO
Leiloeiro Oficial

28/09 - 01 - 02/10/2018

Brazilian Securities Companhia de Securitização

BRAZILIAN SECURITIES – Uma Empresa do Grupo PWA

CNPJ/M/F: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Convocação

Décima Nona Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Quinze do Termo de Outorga, Emissão e Adesão de Créditos Imobiliários da 290ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em 1ª convocação, para a Décima Nona Assembleia Geral dos Investidores dos CRI ("Décima Nona Assembleia"), a se realizar no dia 18 de outubro de 2018 às 14h30, no endereço da Securitizadora, na Avenida Paulista, nº 1374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre: **(i)** o vencimento antecipado ou não do CRI em função do não pagamento, pela Devedora, dos Créditos Imobiliários representados pela CCI em sua integralidade em até 90 (noventa) dias a contar da correspondente data de vencimento, conforme cláusula 7.1.1 item (ii) do Termo de Securitização, culminando o não pagamento das parcelas do CRI devidas nos dias 24/04/2018, 23/05/2018, 22/06/2018, 24/07/2018 e 22/08/2018 e 24/09/2018, conforme tabela constante do Anexo II ao Termo de Securitização; **(ii)** aprovação do Plano de Recomposição e Pagamento apresentado em 23 de abril de 2018, nos termos das deliberações da XVI Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 28.03.18 e da XVII Assembleia Geral de Titulares de CRI realizada em 20.07.18; **(iii)** recomposição do Fundo de Reserva; e **(iv)** as medidas a serem adotadas em razão do atraso no processo de finalização de cessão fiduciária dos recursos a serem recebidos em razão do 26 (vinte e seis) CRI de titularidade da Island Service – Empreendimentos Imobiliários S.A. Os Investidores deverão se apresentar no endereço da Securitizadora, acima indicado, portando os documentos que comprovem sua condição de titular dos CRI e, os que se fizerem representar por procuradores, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representarem na Décima Nona Assembleia, no mesmo endereço da Securitizadora indicado acima, no momento da referida Décima Nona Assembleia. Sem prejuízo, e em benefício de tempo, os titulares dos CRI deverão encaminhar previamente os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail assembleias@brazilianprotunstuse.com.br, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis da antecedência, e apresentar as vias originais no momento de referida Décima Ocitava Assembleia. São Paulo, 25 de setembro de 2018.

Brazilian Securities companhia de securitização

VIAÇÃO COMETA S/A

CNPJ/MF Nº 61.084.018/0001-03 - NIRE Nº 35.300.088.980

Extrato da Assembleia Geral Ordinária

DATA: 30.04.2018. **HORÁRIO**: 15h00min. **LOCAL**: Rua Nilton Coelho de Andrade nº 772, Vila Maria, São Paulo - SP. **2) CONVOCAÇÃO e PRESENÇA**: Dispensada, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76, face à presença dos acionistas da Companhia, detentores de totalidade do capital social, conforme se verifica do registro e assinaturas constantes do Livro de presença de acionistas. **3) MESA**: Carlos Oliávio de Souza Antunes - Presidente. Telmo Joaquim Nunes – Secretário – OAB/SP nº 243.686 e **Deliberações Tomadas por unanimidade**: Primeiro - Aprovado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2017, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes e das Notas Explicativas, publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no caderno Empresarial, nas páginas 16, 17 e 18, e no Jornal Gazeta de São Paulo, nas páginas B3 e B4, ambos no dia 28 de abril de 2018. Segundo - Aprovado o resultado do exercício o qual apresentou um lucro líquido no montante de R$ 44.714.191,35 (quarenta e quatro milhões, setecentos e quatorze mil, cento e noventa e um reais e trinta e cinco centavos); Terceiro - Aprovada e ratificada a distribuição dos lucros de 2017, no montante de R$ 42.288.000,00 (quarenta e dois milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta e um centavos); Quarto - Aprovado o montante de R$ 107.163.086,81 (cento e sete milhões, cento e sessenta e três mil, oitenta e cinco reais e oitenta e um centavos) em Reservas de Lucros, sendo R$ 15.808.627,24 (quinze milhões, oitocentos e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) como reserva legal e R$ 91.554.478,57 (noventa e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) como reserva de retenção de lucros, na data de 31.12.2017, até ulterior deliberação a ser determinada pelos acionistas. Quinto - Os acionistas ratificam a AGE de 27/12/2017 que elegeu a nova diretoria, assim composta: **Diretor Presidente** - Gustavo Nader Damião Rodrigues, brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, portador da carteira de identidade nº 19335267-4, expedida em 11/05/1992, pela PPSC, inscrito no CPF sob o nº 032.281.947-55; **Diretor Executivo e Diretor de Unidade de Negócios** - Fernando Maurício Amaro Guimarães, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1032098 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 716.157.367-34; e, o **Diretor sem designação** - Fabio Ferreira Faria, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 910021634X2, expedido pelo SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº 456.490.303-91, todos com domicílio à Rua Nilton Coelho de Andrade, n. 772, São Paulo/SP. Sexto - O prazo de mandato da Diretoria ora reconduzida é o mesmo previsto na Assembleia Geral Ordinária de 2015, já arquivada na JUCESP em 02/08/2017 sob o nº 0.756.371/17-0, ou seja, vigerá até a Assembleia Geral a ser realizada no ano de 2020. Sexto - Por conseguinte, os acionistas deliberam e ratificam a Diretoria ora reconduzida, cujos nomes constam do item 5 acima, bem como, a lavrada presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos. São Paulo, 30 de abril de 2018. Acionistas: COSA PARTICIPAÇÕES LTDA. e HATAR PARTICIPAÇÕES LTDA. Mesa: Carlos Oliávio de Souza Antunes – Presidente; Telmo Joaquim Nunes – Secretário – OAB/SP nº 243.686. A presente cópia fel da original lavrada em livro próprio. Carlos Oliávio de Souza Antunes – Presidente; Telmo Joaquim Nunes - Secretário. Jucesp nº 280.123/18-8 em 14/06/2018. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Presença de Acionistas - Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018.

Nome, Nacionalidade, Estado Civil, Profissão, Endereço e Domicílio Com Rua e nº, Cidade e Estado) do Acionista.	Ações Ordinárias Nominativas	Percentual (%)
Hatar Participações Ltda.	2.801.316	63,363%
Cosa Participações Ltda.	1.619.734	36,637%
TOTAL	4.421.050	100,00

Declaramos estar conforme a original. Carlos Oliávio de Souza Antunes - Presidente; Telmo Joaquim Nunes - Secretário – OAB/SP nº 243.668.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0008772-16.2018.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Samira de Castro Lorena, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Clevaldo Costa Júnior (CPF. 042.244.408-14), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Itaú Unibanco S/A, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 180.989,71 (julho de 2018). Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a flur dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Seu o presente, afixado e publicado na forma da Lei. 28 e 29 / 09 / 2018.

2ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP. 2º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 0033626-53.2014.8.26.0002. O Dr. Daniel Torres Dos Reis, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível - Foro Regional II - Santo Amaro/SP, Faz Saber a ISTAMP LTDA. (CNPJ. 05.154.443/0001-25), ANTONIO CARAUTTO (CPF. 226.961.408-98) e MARCO CLAUDIO CARAUTTO (CPF. 227.561.738-98), que Banco do Brasil S/A lhe ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 219.449,24 (maio de 2013). Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a flur dos 20 dias supra, pague o débito (fazendo sentir de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. 28/09/2018.

18ª VARA CÍVEL CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP - *Praça João Mendes nº 251, 2º andar - CEP 01501-07 - Centro - CEP 01501-07 - Fone: 2171-6150 - São Paulo-SP - E-mail: sp18cv@tjsp.jus.br* - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1022452-56.2015.8.26.0100** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). **CLÁUDIA MARIA PEREIRA RAVACCI**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a FERNANDO AZEVEDO GARCIA DIAS** (CPF 266.906.468-07), que **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**. lhe moveu **PROCEDIMENTO COMUM** visando a condenação no pagamento de R$640,00 (no ajuizamento), a título de danos materiais, e R$695,88 como lucros cessantes, a serem corrigidas e acrescidas das cominações legais e demais cominações da sentença proferida em 15/12/2017 (fls. 349), em razão da colisão provocada pelo réu na condução da moto Honda XRE 300, placa ESSE 2513. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO EDITAL** para que, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias supra**, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e sendo-lhe que no silêncio será nomeado **Curador Especial**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de setembro de 2018.

27 e 28/09

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0017346-44.2012.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I – Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paukoski Simoni, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(s) LUCAS FERNANDES DE ANDRADE, brasileiro, RG 34.045.690-X-SSP, CPF 422.673.548-02, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Banco Itaú Unibanco S/A, alegando em síntese: Busca em apreensão do veículo marca VW, tipo Fox 1.0, cor prata, ano de fabricação 2005, placa DQE4417, renavam 00219725357, chassi 9BWKA05Z864069961, com alienação fiduciária, em razão do inadimplemento do contrato de financiamento firmado entre as partes. O veículo foi apreendido. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de agosto de 2018.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0064426-85.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Laura de Mattos Almeida, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Dito Metran, CPF 033.955.429-23, que por ação Ordinária com ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a flur após os 20 dias supra, pague a quantia de R$ 13.961,32 (julho/2018), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios, no montante de 10% (artigo 523 e parágrafos do Código de Processo Civil). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua citação por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de setembro de 2018.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1000418-81.2015.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V – São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Vanessa Carolina Fernandes Ferrari, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) VILMA

Barrapar Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.523.952/0001-00 - NIRE 35.300.374.690

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 08/06/2018, às 10h, na sede social. **Presenças:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: **Rubens Ometto Silveira Mello**, e Secretária: **Maria Rita de Carvalho Drummond. Deliberações por unanimidade:** A eleição dos membros para compor o Conselho de Administração: **Rubens Ometto Silveira Mello,** CPF/MF nº 412.321.788-53, reeleito para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**; e **Marcos Marinho Lutz**, CPF/MF nº 147.274.178-12, reeleito para ocupar o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**; e **(ii) Marcelo Eduardo Martins,** CPF/MF nº 084.530.118-77, eleito para ocupar o cargo de **membro do Conselho de Administração**; e os Conselheiros ora eleitos reeleitos tendo o mandato de 2 anos a contar da presente data ou até que novos membros sejam eleitos em sua substituição e declaram não estarem incursos em nenhuma das causas previstas em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. A alteração do endereço da sede social da Companhia para Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, 16º andar, sala 28, bairro Itaim Bibi, SP/SP, CEP 04538-132, alterando, consequentemente, o caput do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente; **Maria Rita de Carvalho Drummond** – Secretária. SP, 08/06/2018. **JUCESP** nº 316.611/18-9 em 05/07/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Barrapar Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.523.952/0001-00 - NIRE 35.300.374.690

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração

Aos 08/06/2018, às 14h, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: **Rubens Ometto Silveira Mello**; Secretária: **Maria Rita de Carvalho Drummond. Deliberações por unanimidade:** A consignação das renúncias apresentadas nesta data pelos Srs. Nelson Roseira Gomes Neto ao cargo de Diretor Presidente, e do Ricardo Dell Aquila Mussa ao cargo de Diretor Executivo. A Companhia não possui mais Srs. Nelson Roseira Gomes Neto e Ricardo Dell Aquila Mussa, de outro, outorgam-se reciprocamente a mais ampla, quitação para nada mais reclamarem uns dos outros. Eleição dos seguintes membros para o cargo de diretoria, com mandato de 2 anos: **Diretor Geral:** Sr. Ricardo Arruda Pereira, CPF/MF nº 274.178-12; **Diretor Presidente**; e (ii) **Marcelo de Souza Scarcela Portela,** CPF/MF nº 023.502.188-13, **Diretor Executivo**. Tendo o mandato unificado de 2 anos, a partir da presente data, prorrogável automaticamente até a posse dos membros que vierem a serem posteriormente eleitos. Declaram não estarem incursos em nenhuma das causas previstas em lei que a impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente; **Maria Rita de Carvalho Drummond** - Secretária. SP, 08/06/2018. **JUCESP** nº 316.611/18-9 em 05/07/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

ISEC Securitizadora S.A. – Companhia Aberta - CNPJ/MF 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.345.949

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A. (Sucessora por Incorporação da ISEC Brasil Securitizadora S.A. a partir de 01/09/2017)

Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), pelo presente edital de convocação, convoca os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da Isec Securitizadora S.A. (sucessora por incorporação da Isec Brasil Securitizadora S.A., nova denominação da SCG - Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.) ("CRI"), nos termos da cláusula 12.2 do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários ("TSI") a reunirem-se em **2ª** convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia **03/10/2018 às 10h**, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 7º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, para deliberar sobre: **(i)** Prorrogação do prazo para apresentação do TVO do Empreendimento Sem do Sol (Altaves Aldeia), conforme disposto na Cláusula 7.1 (e) do Instrumento de Cessão de Créditos Imobiliários sem vinculação a mesma devendo ser feito após apresentação do TVO; **(ii)** Aprovação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Empreendimento; **(iii)** As medidas a serem adotadas em razão da ausência de repasse para a Conta Centralizadora do operação da parcela com vencimento em 25/09/2018 no contrato vinculado ao Bloco 18 (Alaska) do Empreendimento Sem Nome Uberaba, conforme disposto na cláusula de 18/07/18; **(iv)** As medidas a serem adotadas em razão da não disponibilização de recursos próprios para complementar o Distratado no mês de agosto/2018 em conforme ao disposto na cláusula 43.2.2 da Debênture, e conforme notificação datada de 24/08/18. A Securitizadora deixa registrado que o **quórum de instalação** da assembleia em primeira convocação e de titulares dos CRI que representem pelo menos 2/3 dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número, e o **quórum de deliberação** é de 51% dos CRI em Circulação, observados o quórum de no mínimo 2/3 dos CRI em Circulação para a matéria descrita na cláusula 12.8.1 do Termo de Securitização. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, requisitos de forma e conteúdo e/ou de prazos de antecedência. Todos os procuradores devem ser apresentados com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. Para que a verificação de quórum seja feita com certeza e de forma eficaz, solicitamos que os titulares que pretendem participar e/ou se retirarem antes do início da assembleia sejam encarregados a Securitizadora e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Agente Fiduciário") (i) por e-mail, para **geetaxi@secfraud.com.br** e **agentefiduciario@vortx.com.br** ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora e ao Agente Fiduciário em suas sedes, com 48 horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar os documentos de comprovação de antecedência, mandato de representação e documentos de identidade. Em tempo, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 27/09/18 **ISEC Securitizadora S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1060157-59.2013.8.26.0100. O Dr. Leandro de Paula Martins Constant, MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **Jorge Luiz Rosa Marinho** (CPF/ nº 774.526.237-20), que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença, bem como contra Neuralnet Tecnologia e Serviços Ltda, requerida por **Paulo Alimonda**, alegando em síntese ser credor do executado na importância de R$ 536.888,13. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta, e pagar o valor do débito no prazo de 15 dias, que deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, acrescido de honorários 10%, mas caso o executado efetue o pagamento no prazo acima os honorários serão reduzidos pela metade. Fica cliente o executado do prazo de 15 (quinze) dias para eventual apresentação de embargos, inclusive sobre o pedido de desconsideração da pessoa jurídica, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo -SP. São Paulo, 20 de agosto de 2018. Leandro de Paula Martins Constant - Juiz de Direito 28 e 29/09

Agro Pecuária Vale do Corumbatai S.A.

CNPJ/MF nº 13.876.380/001-50 - NIRE Nº 35.300.184.838

Ata da 15ª Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 22 de agosto de 2018

I. Data, Hora e Local: 22.08.2018, às 10 horas, na sede social da Agro Pecuária Vale do Corumbatai S.A. ("Companhia"), na Fazenda Aparecida, Rodovia SP 151, Km 9, município de Iracemápolis/SP. **II. Presença e Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme a assinatura constante do "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **III. Mesa:** Presidente: Luiz Antonio Cesa Ometto e Secretário: João Guilherme Sabino Ometto. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: Em AGE: **(1)** Encerramento da filial mantida na Fazenda Aparecida, município de Iracemápolis/SP, CEP 13495-000, com consequente exclusão do §único do artigo 3º; **(2)** Proposta de alteração para redação do estatuto social e sua consolidação; Em AGO: **(1)** Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.03.2018; **(2)** Eleição dos membros da Diretoria. **V. Deliberações:** Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente submeteu a apreciação da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária as matérias constantes da ordem do dia. Os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade de votos: Em AGE: **(1)** Encerramento da filial mantida na Fazenda Aparecida, município de Iracemápolis/SP, CEP 13495-000, com consequente exclusão do §único do artigo 3º; (NIRE 35900256615, CNPJ 53.878.385/0043-00); **(2)** Proposta da diretoria para reformulação e consolidação do Estatuto Social, o qual passará a vigorar na forma constante do Anexo I a presente Ata. Em AGO: **(1)** Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhada do Parecer dos Auditores Independentes dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2018 e publicados no DOESP e no Jornal "O Dia", em suas respectivas edições do dia 26.06.2018. Em ato continuo os acionistas aprovaram, por unanimidade, a proposta da administração para o lucro do exercício encerrado em 31.03.2018, no valor total de R$ 697.348,62, sendo R$ 34.867,43 acima a compensação da Realização da Reserva de Reavaliação no valor de R$ 421.556,62, apurando o projeto de R$ 275.792,00, seja absorvido no valor de R$ 275.792,00 presente na Reserva Legal. **(2)** Eleição dos membros da Diretoria: Diretor Geral: Luiz Antonio Cesa Ometto, para a data da AGO, que deliberar sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social se encerrar em 31.03.2019; a saber: **(a) Diretor Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 20.952.088-7 SSP/SP e CPF nº 270.321.468-56, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com endereço comercial na Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, Brooklin Novo, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 04575-060; **(b) Diretor Vice-Presidente: Luiz Antonio Cesa Ometto,** brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 8.894.691-5 SSP/SP, CPF nº 136.132.288-62, com endereço comercial na Rua Cajapava, 49, 14º andar conjunto 146 - cep 04048-000 São Paulo/SP; **(c) Diretor sem designação específica: Maurício Krug Ometto,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 11.131.670-4 SSP/SP e CPF nº 127.718.108-08, residente e domiciliado na cidade de Araraquara/SP e com escritório na Fazenda Santa Cruz, no Município de Américo Brasiliense/SP, CEP 14820-000; **(d) Diretor sem designação específica: José Carlos Ometto Chiaradia,** brasileiro, empresário, RG nº 24.932.377-1 SSP/SP, CPF nº 132.486.708-60, com endereço comercial na Rua Geraldo Flausino Gomes, 61, Brooklin Novo, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 04575-060. Os Diretores identificados nas letras (b) e (d) foram indicados pela acionista Debelna Participações S.A. os diretores das letras (b) e (c) foram indicados pela acionista Debelna Participações S.A. Os diretores ora eleitos tomam posse, mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio no prazo de 30 dias a contar da presente Ata, conforme §1º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76, termo esse que ficará arquivado na sede da Companhia e que constará o mês imediatamente dos balanços por lei especial ou condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas da defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **VI. Lavratura:** Foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia Geral em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reaberto os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, e tendo sido assinada por todos os presentes. **Mesa: Presidente:** Luiz Antonio Cesa Ometto. **Secretário:** João Guilherme Sabino Ometto. **Acionistas:** *p/ Debelna Participações S.A.:* Luiz Antonio Cesa Ometto; *p/* João Ometto Participações S.A.: João Guilherme Sabino Ometto; *p/* Imobiliária Paramirim S.A.: João Guilherme Sabino Ometto; *p/* Iattapar Participações S.A.: João Guilherme Sabino Ometto. Iracemápolis, 22.08.2018. **Junaep nº** 456.456/18-2 em sessão de 24.09.2018. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral. **Anexo I - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração: Artigo 1º** Agro Pecuária Vale do Corumbatai S.A. com sede e foro na Fazenda Aparecida, Rodovia SP 151, Km 9, localizada no Município de Iracemápolis/SP, CEP 13495-000 reger-se-á pelas disposições aplicáveis e por este Estatuto Social. **Artigo 2º** A Sociedade tem por objeto: a) todas as atividades ligadas à agricultura e pecuária; b) exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional; c) tratamento, construção civil destinadas a venda e compra de imóveis, por conta própria ou de terceiros; e d) participação em sociedades consórcios. **Artigo 3º** A Sociedade tem sede e foro na Fazenda Aparecida, Rodovia SP 151, Km 9, localizada no Município de Iracemápolis/SP, CEP 13495-000, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, abrir filiais, agências, sucursais, escritórios, ou representações em qualquer localidade, no país e no exterior. **Artigo 4º** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social é de R$ 10.400.000,00, dividido em mil (**"Ações Ordinárias"**) nominativas, sem valor nominal **Artigo 6º** Ações ordinárias conferem direito a 1 voto nas Assembleias Gerais da Assembleia Geral. **§2º** Nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas, os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, na proporção do número de ações por eles detidas. **Artigo 9º** No caso de qualquer acionista ("Acionista Ofertante") receber uma proposta ("Proposta") de terceiros ou de outro acionista ("Proponente") para alienar as suas ações no capital social da Sociedade ("Ações Ofertadas") deverá comunicar a proposta por escrito aos demais acionistas ("Acionistas Não Ofertantes") e seus cônjuges, nos termos terá direito de preferência na aquisição das Ações Ofertadas a título de investimento, manutenção em tesouraria ou cancelamento. O direito de preferência deverá ser exercido pela Sociedade no prazo de 60 dias contados do recebimento da Proposta ("Resposta do Companhia"). **§único** Decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo sem que haja manifestação da Sociedade quanto ao interesse na aquisição das Ações Ofertadas, a Proposta será tida como não aceita e o Acionista Ofertante poderá, no prazo de 30 dias a contar do prazo dos2º, que terão preferência na aquisição, na proporção das suas participações sociais e observadas as mesmas condições e o prazo 60 dias para se manifestarem por escrito acerca do exercício do direito de preferência ("Resposta dos Acionistas"). **Capítulo III - Assembléias Gerais: Artigo 7º** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro (4) meses, após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **§1º** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente, ou pelo Diretor Vice-Presidente de conformidade com o disposto no artigo 124 e parágrafos da Lei das Sociedades Anônimas. **§2º** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente ou, na sua ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente e do Diretor Vice-Presidente, por qualquer outro membro da Diretoria ou por acionista escolhido entre os presentes. As Presidentes de mesa escolherão o secretário, que poderá ser acionista ou não. **§3º** Nas Assembleias Gerais, poderão ser representados por mandatário devidamente constituído, na forma do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades Anônimas. **§4º** Publicado o Edital de Convocação da Assembleia Geral, ficarão suspensas as transferências e/ou conversões de ações. **Artigo 8º** Compete à Assembleia Geral, por deliberação da maioria absoluta do capital social com direito a voto, além das demais funções previstas em lei: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (ii) eleger e/ou destituir os membros da Diretoria; (iii) tomar anualmente as contas do Diretoria; (iv) aprovar a emissão de debêntures e bônus de subscrição; (v) aprovar a aquisição, pela Sociedade, de suas próprias ações; (vi) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (vii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, quando for o caso; (viii) eleger e destituir os Diretores da Sociedade e os membros do Conselho Fiscal, fixando suas atribuições dentro do que prescreve este Estatuto Social; (ix) fixar a remuneração global dos Diretores e a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; (x) fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos e negócios jurídicos; (xi) estabelecer anualmente o limite para que a Diretoria efetue a compra e a alienação de bens imóveis, bem como deliberar acerca da compra ou alienação de bens imóveis não previstos no orçamento anual; (xii) deliberar sobre a outorga de garantias a terceiros; (xiii) definir as estratégias a serem seguidas pela Sociedade e por suas controladas e coligadas, bem como nomear representantes para o exaus sociedades; (xiv) deliberar sobre o relatório do Conselho Fiscal, quando em funcionamento; (xv) deliberar sobre qualquer matéria levada à apreciação da Assembleia Geral, não prevista neste Estatuto Social, ou quaisquer outras que lhe sejam submetidas pela Diretoria; (xvi) aprovar aquisição, alienação ou oneração de participações em outras sociedades; (xvii) aprovar os orçamentos de capital e seus bens imóveis ou que sejam bens imóveis ou ainda de bens estabelecido anualmente pela Assembleia Geral; (xviii) aprovar para celebração de quaisquer contratos ou compromissos com prazos previstos no orçamento anual; (xviii) deliberar para outorga de garantias em atividades não relacionadas aos objetivos sociais; (ixx) aprovar as proposições da Diretoria para o estabelecimento de: planos estratégicos, plano de médio e longo prazo; planejamento orçamentário, orçamento anual e programa de investimentos; planejamento tributário; estrutura administrativa e de pessoal da Sociedade; distribuição de dividendos intermediários e ou pagamento de juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros acumulados ou de reserva de investimentos no último balanço anual ou semestral, observadas as disposições legais e estatutárias; critérios a serem adotados na aplicação das disponibilidades financeiras e na contratação de financiamentos. **§Único** Nos casos previstos nas alíneas "xiii" e "xiv" das disposições contidas em Assembleia Geral, nos termos legalmente previstos, o valor de reembolso das ações será determinado com base no valor do patrimônio líquido contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral ou, se for compromisso ou valor econômico da Sociedade refletir ao valor patrimonial contábil, o valor do reembolso será determinado em laudo de avaliação elaborado por três peritos ou empresa especializada, que satisfaça os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 9º** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por até 4 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de 1 ano, permitida a reeleição. Os diretores terão as seguintes designações: 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice Presidente, e 2 Diretores sem designação específica, podendo os cargos ser exercidos cumulativamente, a critério da Assembleia Geral. **§1º** Os diretores da sociedade estão dispensados de prestar caução para garantia de suas gestões. **§2º** Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse, no livro próprio. **§3º** Ocorrendo vacância de cargo por renúncia ou impedimento definitivo, falecimento, incapacidade ou morte, cada qualquer diretor, o substituto será eleito em Assembleia Geral a ser convocada e realizada para este fim, tão logo seja possível, cumprindo pelo período restante para o fim do mandato do diretor antes substituído. **§4º** Findo o mandato, os diretores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. **Artigo 10** A Assembleia Geral fixará anualmente o montante global da remuneração dos diretores da Sociedade, cabendo à Diretoria, em sua primeira reunião realizada após a Assembleia Geral que fixar a remuneração global, estabelecer os critérios para o respectivo rateio. **Artigo 11** A Diretoria é o órgão de representação, cabendo-lhe, dentro das suas atribuições e poderes, administrar a Sociedade, assegurar o funcionamento regular e praticar todos os atos jugados necessários ou convenientes para este fim, exceto aqueles que por lei ou pelo presente Estatuto Social sejam de competência de outro órgão, dependente de prévia aprovação dos acionistas. São atos de competência da Diretoria, agindo na forma deste Estatuto Social: (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (ii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iii) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; (iv) elaborar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício; (v) coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, implementando as diretrizes e deliberações tomadas em Assembleia Geral e nas suas próprias reuniões; (vi) emitir e expedir instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (vii) comprar e alienar bens imóveis, respeitando o limite estabelecido anualmente pela Assembleia Geral de acionistas; (viii) constituir mandatários da Sociedade, em nome e por conta da Sociedade, para os fins e poderes da cláusula "ad judicia" e "ad negotia", bem como, para fins de representação da Sociedade, de quaisquer pessoas de direito privado ou público, de qualquer natureza, perante mercantil, hipotecas, fianças e avais em benefício da própria Sociedade ou de suas controladas ou coligadas, sendo, especificamente proibida a prestação de avais, endossos, fianças e outras semelhantes em negócios estranhos ao objeto social da Sociedade; (x) abrir, manter e encerrar filiais e escritórios no país e/ou no exterior; (xi) preparar todos os relatórios a serem entregues aos acionistas ou outros órgãos sociais, ou que sejam exigidos por disposições fiscais ou outras autoridades e órgãos governamentais. **Artigo 12** A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 e, extraordinariamente, sempre que necessário. **§1º** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente, mediante comunicação escrita aos outros Diretores em exercício, com antecedência mínima de 5 dias. A convocação pode ser dispensada, se houver um programa calendário para todo o semestre ou ano, ou no caso de comparecimento de todos os Diretores. **§2º** A Diretoria deliberará por maioria absoluta de votos, sem embargo das responsabilidade individual de seus membros. **§3º** As reuniões da Diretoria serão lavradas em atas no livro próprio, e serão levadas a registro, caso necessário. **Artigo 13** A Sociedade será representada (i) por dois Diretores, em conjunto, sendo sempre 1 Diretor eleito pela Acionista Debelna Participações S.A. e 1 Diretor eleito pela Acionista João Ometto Participações S.A.; (ii) a representação da Sociedade em juízo ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, autárquias, sociedades de economia mista, sindicatos de trabalhadores; Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Instituto Nacional do Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Cartório de Registro de Imóveis - nos processos de retificações imobiliárias de qualquer natureza e nos documentos referentes às relações empregatícias, bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal, competirá isoladamente a qualquer Diretor, ou qualquer procurador, nos limites dos seus respectivos poderes, bem como nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais ou extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal, competirá isoladamente a qualquer Diretor, ou qualquer procurador, nos limites dos seus respectivos poderes, para assinatura de atos de mero expediente, bem como para assinatura de atos de mero expediente, bem como para assinatura de atos de mero expediente, bem como

GMR ENERGIA S.A.

CNPJ/NIRE 08.978.851/0001-62 - NIRE 35.300.385.527 - Companhia Fechada

Extrato da Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 17 de Setembro de 2018

Dia, hora e local: 17.09.2018, às 16:00 horas, na sede, Rua Professor Atílio Innocenti, nº 165, 4º andar, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos diretores. **Mesa:** Presidente: Roberto Safadi; Secretária: Ana Maria Spina Safadi. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a aprovação: (i) da segunda emissão, pela Companhia, de nota promissória comercial ("Nota Comercial"), em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R$13.000.000,00, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 566, de 31.07.2015 ("Instrução CVM 566"), e segundo os procedimentos previstos na Instrução da CVM nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), bem como seus respectivos termos e condições ("Emissão" e "Oferta", respectivamente); (ii) da outorga, pela Companhia, de alienação fiduciária de até a totalidade das ações de titularidade da Companhia de emissão da CPFL Energias Renováveis S.A. CNPJ/NIRE nº 02.998.301/0001-04 ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), bem como Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, conforme definido abaixo, em garantia ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão; e (iii) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo a instituição integrante do sistema de distribuição para realizar a distribuição das Notas Comerciais, na qualidade de coordenador líder, o Custodiante (conforme definido abaixo), o Banco Mandatário (conforme definido abaixo), o Agente de Notas (conforme definido abaixo) e demais prestadores de serviços da Emissão. **Deliberações Aprovadas:** A realização da Emissão e da Oferta, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, com as seguintes características e condições principais: (i) Emissão: 2ª emissão pública de Nota Comercial pela Companhia; (ii) Data de Emissão: a data de emissão da Nota Comercial será a data da sua efetiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"); (iii) Data de Vencimento: a Nota Comercial terá vencimento em 26.03.2018, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou de vencimento antecipado, nos termos a serem previstos na cártula da Nota Comercial; (iv) Forma de Emissão: a Nota Comercial será emitida sob forma cartular e ficará custodiada em instituição a ser contratada na qualidade de prestador de serviços de custodiante de guarda física da Nota Comercial ("Custodiante"), e circulará por endosso em preto, sem garantia, de mera transferência de titularidade, do qual deverá constar a manifestação "sem garantia" do endossante, conforme previsto no artigo 4º da Instrução CVM 566. Será também contratada instituição para prestar os serviços de banco mandatário da Nota Comercial ("Banco Mandatário"); (v) Comprovação de Titularidade: a titularidade da Nota Comercial será comprovada pela posse da cártula e, adicionalmente, para a Nota Comercial depositada eletronicamente na B3, será recebedado como comprovante de titularidade o extrato expedido pela B3 em nome de seu respectivo titular; (vi) Valor total da Emissão: o montante total da Emissão será de R$13.000.000,00; (vii) Número da Série: a Emissão será em série única; (viii) Espécie: a Nota Comercial será emitida sob forma cártular; (ix) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário da Nota Comercial será de R$13.000.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (x) Garantias: todas e quaisquer obrigações da Companhia, nos termos da Nota Comercial, pela Nota Comercial e demais, sem prejuízo do nível se limitando, ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devidos e demais encargos devidos pela Companhia nos termos da Nota Comercial e demais aqueles apurados em eventual processo de cobrança judicial ou extrajudicial, bem como as demais obrigações relacionadas à Emissão, sendo garantidas por: **(a)** alienação fiduciária das Ações Alienadas Fiduciariamente, bem como todos os direitos e ativos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente, rendimentos, dividendos, lucros, ganhos, direitos, juros sobre capital circulante líquido, juros sobre capital próprio, distribuições e quaisquer valores recebidos ou a serem recebidos, distribuídos de outra forma ou pagos à Acionista, por swap, venda ou qualquer outra forma de alienação de Ações Alienadas Fiduciariamente, incluindo os direitos creditórios decorrentes da alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente, seja em decorrência de venda pública de aquisição de ações a ser endereçada aos acionistas minoritários da CPFL Energias Renováveis S.A., a qual a Companhia aderiu ("Alienação Fiduciária"); **(b)** cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes da alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente no âmbito de oferta pública de aquisição de ações a ser endereçada aos acionistas minoritários da CPFL Energias Renováveis S.A., a qual a Companhia aderiu ("Recebíveis"); (b) da totalidade dos direitos e dos recursos financeiros de titularidade da Companhia decorrentes e/ou disponibilizados na conta corrente de remuneração restrita a ser aberta pela Companhia em determinada instituição financeira para os seus serão depositados todos os Recebíveis ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e "Conta Vinculada"), incluindo os direitos detidos e/ou que venham a ser detidos pela Companhia perante referida instituição financeira, na qualidade de depositária de quaisquer valores e/ou quaisquer recebidos e/ou que vierem a ser recebidos em pagamento pela alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito em qualquer forma ou em processo de compensação bancária e os investimentos do saldo mantido na Conta Vinculada e respectivos rendimentos; e **(iii)** aval do Sr. Roberto Safadi, brasileiro, divorciado, empresário, RG nº 23.462.852-3 SSP/SP, CPF/MF nº 252.027.808-70, residente em São Paulo/SP, Rua Avaí,[illegible] ("Aval"). **Valor Monetário:** não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário da Nota Comercial; (xii) Remuneração da Nota Comercial: sobre o Valor Nominal Unitário da Nota Comercial incidirá juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominadas "Taxas DI over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados e divulgados diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,5250% ao ano, base 252 Dias Úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão da Nota Comercial até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios" e "Remuneração"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais – CETIP21", disponível para consulta na página da B3 na Internet (www.cetip.com.br), conforme previsto na Cártula de emissão da Nota Comercial; (xiii) Pagamento do Principal e dos Juros Remuneratórios: Sem prejuízo do pagamento em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório, da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou do vencimento antecipado da Nota Comercial, o Valor Nominal Unitário e os Juros Remuneratórios serão pagos integralmente, em uma única parcela, na Data de Vencimento; (xiv) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, conforme previsto no § 3º do artigo 5º da Instrução CVM 566, após decorridos 90 dias contados da Data de Emissão, resgatar unilateral e antecipadamente a Notas Comercial ("Resgate Antecipado Facultativo"), sem qualquer prêmio ou penalidade, de acordo com os seguintes procedimentos: (a) mediante comunicação prévia: (i) por escrito, ao titular desta Nota Comercial, com cópia ao Agente de Notas, ao Banco Mandatário e à B3, com antecedência mínima de 10 Dias Úteis da data do Resgate Antecipado Facultativo, ou (ii) por publicação de fato relevante em jornal de grande circulação, onde a Companhia divulga suas obrigações societárias, contendo a data, o local o procedimento de resgate, bem como qualquer outra informação relevante ao titular da Nota Comercial; (b) o Resgate Antecipado Facultativo será feito mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo (exclusive), Encargos Moratórios (conforme apliculável) e outros encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, sem qualquer prêmio ou penalidade; (c) o Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado: (i) com relação à Nota Comercial depositada eletronicamente na B3, conforme procedimentos adotados pela B3; e/ou (ii) com relação à Nota Comercial que não estiver depositada eletronicamente na B3, na sede da Companhia e/ou em conformidade com os procedimentos do Banco Mandatário, conforme aplicável; (d) o Resgate Antecipado Facultativo da Nota Comercial implicará a extinção do título, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no § 4º do artigo 5º da Instrução CVM 566; e (e) todos os custos e despesas decorrentes do Resgate Antecipado Facultativo serão integralmente incorridos pela Companhia. (xv) Resgate Antecipado Obrigatório: a Companhia deverá realizar o resgate antecipado da Nota Comercial quando do recebimento, pela Companhia, dos valores decorrentes da alienação das Ações Alienadas Fiduciariamente no âmbito da oferta pública de aquisição de ações a ser endereçada aos acionistas minoritários da CPFL Energias Renováveis S.A., a qual a Companhia aderiu ("Resgate Antecipado Obrigatório"). O Agente de Notas, o Banco Mandatário e a B3, deverão ser comunicados a respeito do resgate antecipado com no mínimo 3 dias úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Obrigatório; (xvi) Oferta de Resgate Antecipado: a partir da Data de Emissão, a Companhia poderá, a qualquer tempo, nos termos dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 5º da Instrução CVM 566, realizar a oferta de resgate antecipado total da Nota Comercial ("Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório"); (xvii) Oferta de Resgate Antecipado: a partir da Data de Emissão, a Companhia poderá, a qualquer tempo, nos termos dos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º do artigo 5º da Instrução CVM 566, realizar a oferta de resgate antecipado total da Nota Comercial ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo" e, em conjunto com a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório, quando em conjunto com a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório, "Ofertas de Resgate Antecipado"), a ser endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, observados os termos e condições previstos na Cláusula 7 ("Oferta de Resgate Antecipado") da Escritura de Emissão